

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

18.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2020-2022)

27.maio.2023
Algarve, Lagos

Aos 27 dias de mês de maio de 2023, reuniu a Assembleia de Delgados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 18.ª reunião (ordinária) e 6.ª descentralizada, que se realizou presencialmente e em formato telemático, no Hotel Aqualuz, em Lagos, a convite da Secção Regional do Algarve.

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Adriana Floret, Ana Nascimento, Carlos Antunes, Célia Maia (em substituição de Carlos veloso), Décio Ferreira, Désirée Pedro (em substituição de Luís Miguel Correia) Fátima Matos, Francisco Domingos, Igor França, Ivo Oliveira, José Luís Fernandes, José Martinez, João Fagulha, Leonor Cintra Gomes, Luís Oliveira, Maria Manuel Oliveira, Manuel Ferreira, Manuel Rosa, Marta Falcão, Nuno Freitas, Patrícia Fernandes Rocha e Paulo Pardelha.
- **Não participaram:** João Belo Rodeia, Luís Tristão e Paulo Serôdio, que justificaram a sua ausência.
- **Por “zoom”:** Lia Ferreira, Lino Paixão e Telmo Cruz.
- **Foram convidados** e estiveram presentes Luís Matos, presidente do Conselho Diretivo da SR Algarve, Paula Santos, Vice-Presidente do CDN e Rui Serrano, vogal do CDN, responsáveis pela Comissão Técnica de Transição Digital (CTTD), e os Comissário da CTTD António Aguiar Costa e Inês Almeida.
- **Participaram ainda**, o assessor jurídico da AdD, Bernardo Pinheiro e a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

A reunião teve a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

1. Boas vindas pelo Presidente do Conselho Diretivo da SR Algarve, arquiteto Luís Matos;
2. Aprovação das Atas da 15.ª, 16.ª e 17.ª reuniões da AdD, realizadas respetivamente em 5 e 20 de março e 29 de abril 2023;
3. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse;
4. Apreciação do relatório de atividades 2022 da AdD;
5. Apresentação da Comissão Técnica de Transição Digital (CTTD) - Desenvolvimento dos trabalhos em curso e previstos;
6. Outros Assuntos.

A Presidente da Mesa, Maria Manuel Oliveira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 9 horas e 45 minutos. Agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião.

Ponto 1. Boas vindas pelo Presidente do Conselho Diretivo da SR Algarve.

Maria Manuel Oliveira agradeceu o convite da Secção Regional do Algarve para a 6.ª reunião descentralizada da AdD e o programa preparado para a receber. Salientando a importância destas reuniões, deu a palavra ao Presidente do Conselho Diretivo Regional do Algarve, Luís Matos.

Luís Matos agradeceu a presença da AdD e deu as boas vindas a todos. Começando por destacar a importância das Assembleia descentralizadas, referiu que seria interessante serem abertas aos membros locais. Recomendou convidar os Presidentes das Secções para estarem presentes nestas reuniões, pois a sua participação seria uma mais valia. Mencionando que não se irá recandidatar, desejou que todos, eleitos e

não eleitos, continuem a trabalhar, tornando a Ordem seja mais transversal e robusta. Alertou que são necessários mais técnicos e assessores em todas as Secções, inclusive de outras áreas, para que possam responder às inúmeras questões colocadas pelo Estado. Referiu, ainda, que os membros desconhecem a atividade da Ordem e é essencial dar a conhecer o seu trabalho e dispor de um orçamento que permita essa divulgação. Agradeceu à sua equipa presente na AdD, Nuno Freitas e Francisco Domingos. Concluiu com uma referência ao programa preparado pela SR-ALG após o final da sessão e desejando uma boa reunião.

Maria Manuel Oliveira – Agradecendo as palavras e o contributo de Luís Matos, passou ao ponto seguinte da OT.

Ponto 2. Aprovação das Atas das 3 últimas reuniões

Maria Manuel Oliveira informou que não houve pedidos de correção às 3 atas, com exceção dos solicitados por Décio Ferreira, passando a especificá-los: na 15ª reunião, propôs alterações nos pontos 3 e 5, que foram aceites; na 16ª reunião, colocou em causa o uso de siglas nas votações por abstenção. A Presidente esclareceu que nalgumas atas constavam as siglas ou os nomes nos votos por abstenção, e noutras não, comunicando a decisão de, daí em diante, os nomes ou siglas não serem incluídos nas atas em caso de votos por abstenção.

Décio Ferreira – Referiu ainda que as gravações das Atas deveriam ser apagadas após aprovação das Atas e nas reuniões.

Maria Manuel Oliveira – Considerou que esse procedimento não tem sido adotado, mas que será considerado.

Foram colocadas a votação as 3 Atas:

Ata 15.ª – 5 março – aprovada por Unanimidade (23 votos).

Ata 16.ª - 20 março - aprovada por Unanimidade (23 votos).

Ata 17.ª - 29 abril - aprovada por Maioria (19 votos) e Abstenções (3, por não participação na reunião)

(nas 3 votações estavam presentes 23 delegados)

Ponto 3. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse

Não existindo pedidos de inscrição por parte dos Delegados, a **Presidente da Mesa** prestou as seguintes informações:

- Que será necessária uma reunião de carácter extraordinário para discussão e apreciação do Relatório de Contas 2022, a realizar on-line; indicou a data 17-06-2023, sujeita a confirmação;
- Assinalou a intervenção de Gonçalo Byrne na Assembleia da República e o seu destaque num artigo no jornal Expresso, assim como no site;
- Sobre a adesão ao Seguro de Saúde e a sessão de apresentação do site único da OA e do Portal dos Arquitectos, solicitou à Vice-Presidente Leonor Cintra Gomes informação detalhada.

Leonor Cintra Gomes tomou a palavra. Relativamente ao Seguro de Saúde, transmitiu que falou com a Tesoureira do CDN, tendo sido informada que, neste 1.º mês do novo Seguro, 616 membros renovaram e houve 80 novas adesões, considerando que era um bom número.

Informou, também, que o novo Portal foi apresentado on-line por Ricardo Paulino e Joana Seixas Nunes. É de opinião que que ainda se encontra em fase experimental, mas que está mais simples e melhor organizado, com a informação mais estruturada. Referiu que todos deverão experimentar este novo site e caso detetem algum lapso ou queiram dar contributos, o devem fazer.

Seguidamente, e não havendo mais informações, **Maria Manuel Oliveira** passou ao ponto 4 da OT para apreciação do Relatório de Atividades da AdD de 2022, para o qual a Arq.ª Leonor Cintra Gomes tinha trabalhado substancialmente. Agradeceu e deu-lhe a palavra para apresentação do documento.

Ponto 4. Apreciação do relatório de atividades 2022 da AdD

Leonor Cintra Gomes fez a apresentação do Relatório que tinha sido enviado com a convocatória sugerindo mencionar a divulgação das iniciativas no site da OA, antes do seu envio ao CDN (anexo a esta ata). Não havendo comentários ou outras sugestões, passou-se à votação.

Colocado à votação o **Relatório de Atividades da AdDel referente ao ano de 2022**, foi **aprovado por Unanimidade** (23 votos).

(nesta votação estavam na reunião 23 delegados. Lia Ferreira e Lino Paixão entraram na reunião após desta votação).

Maria Manuel Oliveira referiu que tendo em conta que as eleições se irão realizar em setembro, seria importante produzir um balanço sobre estes 3 anos de atividade. Assim, realizar-se mais uma reunião antes da época de férias, mais reflexiva, de modo a deixar para a próxima AdD um documento deste primeiro mandato com a presença das 7 Secções. Questionou a Assembleia se considera útil e oportuna uma reunião presencial, em Lisboa, apontando para o dia 15 de julho.

Décio Ferreira perguntou porque não realizar essa reunião final no Centro, visto que já as todas as outras Secções tiveram uma reunião descentralizada.

Maria Manuel Oliveira informou que não existiu nenhum convite nesse sentido por parte da SR do Centro, pelo que essa reunião aconteceria, certamente, num próximo mandato.

Carlos Antunes pediu a palavra e convidou a AdD para a visita à exposição patente na Casa das Caldeiras, se a reunião ocorrer no Centro.

Os delegados manifestaram a sua concordância com a realização dessa reunião final e com a possibilidade de se concretizar no Centro, visto ser a única Secção ainda não visitada pela AdD.

Maria Manuel Oliveira, face à opinião geral, informou que esta reunião se realizará em meados de Julho, em Lisboa ou no Centro, caso exista um convite nesse sentido.

Após a realização de um curto intervalo, a **Presidente** comunicou que tinha chegado, entretanto, um convite do Conselho Diretivo Regional do Centro, para efetuar a reunião da AdD no dia 15 de julho em Coimbra, na nova Sede “Casa das Caldeiras”, a ser inaugurada a 2 de julho. Manifestou a sua grande satisfação por este convite e, de acordo com a sugestão de Luís Matos, irão ser convidados outros órgãos sociais da OA para uma conversa em torno do que foi o programa de ação desta AdD.

De seguida, passou ao último ponto da OT.

Ponto 5. Apresentação da Comissão Técnica de Transição Digital (CTTD) - Desenvolvimento dos trabalhos em curso e previstos

Maria Manuel Oliveira, referindo que CT Transição Digital foi convidada para apresentar o trabalho que tem desenvolvido, informou que estariam presentes alguns dos seus membros: on-line, Paula Santos, responsável do CDN na CT, e o Comissário Coordenador, António Aguiar Costa; presencialmente, a comissária Inês Almeida e Rui Serrano, igualmente responsável do CDN na CT. Salientando quanto este tema é atual e essencial à atividade dos arquitetos, agradeceu a presença dos membros da CT e passou-lhes a palavra.

Paula Santos, após cumprimentar e agradecer o convite da AdD, fez uma breve apresentação desta Comissão Técnica, criada em Janeiro 2022 sob proposta do CDN. Referiu a sua composição e principais temas discutidos, nomeadamente: as necessidades e exigências do exercício profissional da arquitetura na transição digital; a avaliação de legislação e regulamentos existentes, assim como a relevância da sua revisão e uniformização; a obrigatoriedade do BIM e as autarquias como setor prioritário para a sua implementação; a contratação tradicional vs. contratação com utilização da ferramenta BIM; o papel do Governo e o do ensino nas escolas de arquitetura para a transição digital. Salientando que a comissão tem trabalhado arduamente, agradeceu publicamente aos comissários todo esse esforço e terminou, passando a palavra ao comissário coordenador.

António Aguiar Costa cumprimentou e agradeceu a oportunidade de partilhar a sua experiência e assim contribuir para que a Transição Digital seja uma realidade na indústria da construção. Seguidamente, fez uma apresentação do documento que apresentaram no Congresso da Ordem, salientado que o caminho da transição digital é incontornável e sem retorno, revestindo-se de importância fundamental na sustentabilidade e no ambiente construído. Neste contexto, a Arquitetura e o Arquiteto têm um papel crucial, atuando como veículo da transição digital, e a sua intervenção deve trazer mudanças consistentes para os objetivos da sustentabilidade e das metas climáticas. Mas esta implementação de tecnologia obriga a uma atuação faseada e devidamente estruturada pelas empresas, devendo contar com o apoio do Governo. Explicou a *twin transition* como sendo a sinergia entre a transição digital e a transição climática, e destacou o potencial da tecnologia para atingir as metas climática propostas para 2030, reconhecendo embora grandes dificuldades, visto que os estudos demonstram que só se alcançará 20% dos 50% previstos até aquela data. Referiu que o modelo BIM e o *digital twin* conseguem reunir informação que suporta a monitorização contínua do desempenho dos edifícios e das infraestruturas, permitindo elaborar cenários futuros adaptados às mudanças climáticas. Defendeu que o modelo BIM articulado com o pensamento digital irá promover uma visão e gestão integrada do ambiente construído, desde o edifício à ativação de comunidades sustentáveis. Sublinhando que esta é uma visão e um caminho que demorará a atingir, será necessário ponderar por onde iniciar essa mudança. Explicou, ainda, que: a adoção da ferramenta BIM obriga a um plano de transição dentro das empresas, não se limitando ao software e à tecnologia, mas também à definição de um plano digital à medida, sendo que cada uma pode ter um plano de modelo de TD diferente. Daí a necessidade um plano nacional - abrangente e faseado, com uma abordagem de apoio às empresas que oriente o caminho com base em normas claras - e de legislação adequada, mostrando-se indispensável disponibilizar financiamento para apoiar as empresas na TD. Sendo um processo complexo e contínuo, da parte do Governo não existe atualmente, no entanto, a consciência dessa necessidade de faseamento e implementação progressiva do plano digital e BIM de forma séria e consistente. Com sinal positivo, informou que participou em algumas iniciativas com o objetivo de desenvolver o plano de transição digital (como a atualização da Portaria 701-H/2008), verificando-se que será indispensável a existência de um gestor de informação, ou de um documento - um "plano de execução BIM" - que apoie o desenvolvimento dos projetos

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



BIM. Sendo uma trajetória a ser definida e incorporada na Portaria 701-H/2008, deverá ser trazida para o plano de faseamento de indústria.

Paula Santos tomou a palavra, informando sobre uma candidatura já realizada, de meio milhão de euros, para que as empresas registadas na Ordem possam concorrer a um plano TD até 10 mil euros numa primeira fase. A candidatura encontra-se em análise, desconhecendo-se a data do seu resultado.

Inês Almeida referiu que estas novas tecnologias essencialmente permitem facilitar e centrar os papéis de colaboração, coordenando inteligências diferentes e conhecimento, mantendo-se o papel do arquiteto no processo. Salientando que a CT se encontra também preocupada com os escritórios de arquitetura, pois são um negócio que terá de ser economicamente sustentável, defendeu que estas tecnologias poderão ajudar à sua valorização. Mencionou que é indispensável perceber que este salto tecnológico significa valorização e exige uma nova maneira de cobrar os serviços de arquitetura, requerendo, também, uma nova maturidade por parte dos requerentes e dos promotores que solicitam um modelo BIM. Chamou a atenção para a importância dos estudantes que já vêm com competências neste campo e constituem um capital intelectual que convém não deixar escoar para o estrangeiro.

Rui Serrano agradeceu o convite para explicar o trabalho feito e o balanço deste ano de atividade da CT. Salientou que a Ordem visa, com esta CT e uma série de iniciativas conexas, procurar financiamento para dar um contributo aos arquitetos na execução da TD. Referiu que a Ordem e um conjunto de entidades conseguiram, junto do Governo, alterar a meta de implementação do BIM para 2030 em vez de 2025, e que está aqui a sensibilizar a Assembleia para a importância de a Ordem não andar a reboque de circunstâncias externas e propor, ela própria, metas concretas em devido tempo.

Seguidamente foi aberto um espaço de debate e esclarecimentos.

Paulo Pardelha começou por assinalar a importância desta Comissão e de a OA estar na linha da frente da TD. Considerou que a obrigatoriedade de uso em 2025 era extremamente ambiciosa, mas que, provavelmente a partir de 2027, já se conseguirá ter projetos piloto - o que se revela um enorme desafio, pois também do lado da Administração é necessário todo um trabalho preparatório. Referiu embora o desafio seja grande, tendo em atenção a sua exigência e os cursos que terão de ser ministrados a todos os implicados, esta ferramenta representa um enorme potencial. Tendo em vista a atividade económica dos ateliers, interrogou a CT sobre que trabalho está, ou poderá ser feito, de modo apoiá-los também financeiramente, visando a sua adaptação a esta nova ferramenta em prazos tão curtos e exigentes.

Adriana Floret considerou da maior relevância este tema e falou da sua experiência profissional, referindo que foi extremamente difícil passar uma equipa inteira que estava habituada a trabalhar em Autocad para BIM. Referiu que o valor referido, de 10 mil euros, é demasiado baixo para todos os custos que se encontram implicados, pois somente uma ou duas licenças de software exigem esse valor. De seguida lembrou que cada Câmara Municipal exige projetos instruídos de modo diferente, sendo fundamental que as CM's estejam em consonância e usem o mesmo modelo. Terminou, oferecendo a sua disponibilidade e conhecimento se a CT ou a Ordem assim o desejarem.

Décio Ferreira agradeceu a apresentação e referiu que este é um tema muito premente, apesar de o BIM já não ser uma novidade. Declarando que já trabalha em BIM há mais de 20 anos, salientou que o mais preocupante é estarmos muitíssimo atrasados em relação ao que se passa no estrangeiro, exemplificando com as normas brasileiras sobre este assunto, que já datam de 2011. Nesse sentido, e porque julga que a Ordem deverá ter um papel muito mais ativo, questionou a CT sobre o que está a pensar fazer, designadamente para passar a informação aos colegas sobre estes temas. Mencionou, ainda, desconhecer a candidatura que foi referida e

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



esperar que a CT passe a dar conhecimento da sua atividade aos colegas, visto não existirem documentos ou atas das reuniões na sua página. Referiu que existem múltiplas questões estruturais, nomeadamente ao nível do ensino, dos estudantes e dos professores, pois esta será uma mudança muito grande que deverá ser devidamente pensada.

António Aguiar Costa agradeceu os comentários e observou que neste campo, apesar do atraso referido, nestes últimos tempos tem sido feita uma evolução muito rápida, acompanhada por inúmeras iniciativas. Sobre o licenciamento e a uniformização do desenvolvimento de plataforma, considerou que devemos ter cuidado, pois por vezes tendemos a pensar a transição digital baseada numa grande plataforma do governo, que resolverá todos os problemas, mas essa poderá não ser a realidade. Salientando que não conhece exemplos de plataformas do Governo com a componente tecnológica que o BIM exige, o que poderá ser um desafio. Por outro lado, defendeu que esta transição digital deve começar no seio da própria indústria (existindo ou não uma grande plataforma do Governo) num processo de acomodação e desenvolvimento contínuo baseado em pequenos avanços. Salientou ainda que existe um grande monopólio de software BIM, o que é um aspeto crítico na concretização da TD, principalmente porque a indústria não se encontra acaba por ter encargos acrescidos por não estar aberta a novos sistemas. Considerou importante as Ordens defenderem financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Por último, abordou o facto de, nas normas internacionais, aparecerem muitas referências ao gestor de informação e ao gestor BIM, que são quem irá gerir toda a informação, não se antevendo ainda se esta função deverá, ou não, ser efetuada por arquitetos nas empresas de arquitetura. Com consciência que o atual modelo de negócio se está a alterar pelas crescentes exigências de gestão de informação, necessidade de avaliação, simulação e otimização de projetos a nível de sustentabilidade, ciclos de vida dos edifícios, etc., do seu ponto de vista esta função deverá competir ao arquiteto, sendo embora indispensável proceder a essa ponderação, tendo em conta as mudanças e as novas funções que a TD exige.

Paula Santos agradeceu o interesse manifestado e respondeu a algumas das observações colocadas. Quanto à não existência de documentos da CT-TD na respetiva página, concordou que, de facto, será necessário comunicar melhor, referindo que estas Comissões são muito recentes e têm estado muito ocupadas - igualmente apoiando o CDN na resposta às pronúncias por solicitação do Governo, que são imensas e com prazos de resposta muito curtos -, e informou que se encontram lá dois dos documentos produzidos, nomeadamente o texto apresentado no Congresso. A propósito da candidatura ao apoio financeiro, foram apresentadas três candidaturas, sendo que aquela que foi referida nesta reunião não será para a compra de equipamento ou material, mas sim para financiar os planos de TD de cada empresa, tendo em conta os seus objetivos, organização interna e previsão de futuro; a compra de equipamento poderá corresponder a uma 2ª fase da candidatura. Agradecendo a disponibilidade demonstrada por Adriana Floret, considerou importante abrir diálogo com empresas que já tenham mais conhecimentos sobre esta temática, e referiu que a CT sabe que a maior parte das pequenas autarquias e das pequenas empresas do setor da construção não terá capacidade técnica para a implementação da transição digital se não houver um suporte paralelo, sobre o qual de terá que pensar e ponderar, de acordo com as várias realidades do país e do exercício profissional.

Ivo Oliveira agradeceu e referiu que ao longo das diversas intervenções lhe foram surgindo dúvidas, sendo uma das mais relevantes como, e quando, será produzido um código de edificação. Julga que apesar de todo o trabalho realizado, falta muito para a instrução dos processos digitais, considerando que as coisas estão a ser pensadas de forma invertida. Retomando o facto de António Aguiar Costa não ser favorável a uma plataforma única, perguntou qual é a solução e a metodologia que a CT e a Ordem estão a pensar defender. Perguntou, ainda, se o caminho antevisto é o da digitalização para todos as operações urbanísticas e projetos, desde a habitação unifamiliar aos grandes empreendimentos. Se for o caso, considerou-o muito preocupante sob vários

aspectos: será necessário contratar serviços externos fora das empresas – anulando, nesse caso, o que dizem ser uma mais valia de interligação entre todas as especialidades; no panorama atual dos honorários praticados, como remunerar esses trabalhos; qual o seu significado para a estrutura das diferentes empresas. Questionou a CT sobre a forma como está a equacionar estes problemas e se estudou os diversos cenários plausíveis. Considerou também igualmente preocupante misturar demasiado a transição digital com sustentabilidade e transição tecnológica, argumentando que seria importante separar a transição digital da tecnológica, pois não temos o espaço urbano e das cidades digitalizado e não o teremos em 2030.

João Fagulha mencionou que partilha das preocupações do Ivo Oliveira, pois existe uma dissonância total entre a vontade de implementação da TD e de introdução do BIM e a vontade de abordar o código de edificação e uniformização da legislação. Parecendo-lhe difícil a integração deste software até 2030, face à situação atual, informou que na sua microempresa já tentaram apostar na implementação e formação, mas que os custos se revelaram demasiado elevados, pelo que julga que as candidaturas serão fundamentais e um primeiro passo junto das pequenas estruturas em TD. Mencionou, ainda, que será importante promover guias de orientação junto dos associados.

Décio Ferreira referiu que é preocupante a aplicação da uma proposta de lei que não está aprovada, comentando que a pressa advém, somente, do PPR. Sobre o gasto com licenças e software notou que, no Reino Unido, paga muito menos que o valor aqui referido e que pensa que a situação se regularizará com o tempo. Considerou, igualmente, que a plataforma não poderá ser a nível nacional, até porque já é possível, em algumas CM's, entregas em BIM. Reiterou a importância de os membros terem acesso à informação sobre a atividade da CT e conhecimento das candidaturas.

António Aguiar Costa solicitou a palavra para esclarecer que não é contra a plataforma única, salientando que se ela existir e estiver operacional, será ótimo, mas caso não se concretize a tempo, deverão existir pequenas plataformas e a indústria dever-se-á ir preparando. Considerou que se deve ter em conta estas duas possibilidades, e que as diversas partes se vão organizando em plataformas e softwares diferentes, que é fundamental que sejam interoperáveis, abrindo caminho a todas as possibilidades.

Rui Serrano, fazendo um breve resumo do trabalho feito pelo GT, partilhou um documento em *powerpoint* relativo à “plataforma eletrónica para a uniformização de procedimento urbanísticos”. Constituído por diversos membros dos órgãos nacionais e regionais, conseguiu a assinatura de um protocolo/memorando de entendimento com diversos parceiros e entidades do sector da construção, assim como do sector do imobiliário, tendo já efetuado diversas reuniões na busca de metodologias e soluções. Paralelamente, o GT encontra-se a interagir com os técnicos dos municípios de todo o país, de modo a produzir uma análise crítica dos problemas existentes. Salientando que 66% dos municípios não têm qualquer plataforma digital, apresentou ainda outros dados e conclusões, sendo que o objetivo principal deste trabalho é que em janeiro de 2026 exista uma plataforma eletrónica de uniformização, onde todas as câmaras municipais possam estar interligadas.

Maria Manuel Oliveira referiu que a apresentação de Rui Serrano reforça a indispensabilidade da interação entre estes processos - que, agora, parecem ocorrer de forma apenas paralela -, articulando o muito substancial trabalho que está a ser desenvolvido em várias frentes. Perguntou se a CT tem tido em conta os dados obtidos pelo Observatório, uma vez que, sendo essa informação essencial para compreender o nosso tecido socioprofissional, é a partir dessa realidade que será possível montar as estratégias adequadas de transformação face à TD. Comentou, ainda, que talvez fosse de rever algum do léxico utilizado pelo GT, pois a palavra “empresas” poderá não ser a mais indicada, uma vez que os dados do GTO concluem sobre a existência de uma enorme quantidade de pequenos ateliers que não se reveem nessa categoria e que correm risco de estrangulamento financeiro com as alterações anunciadas, especialmente quando nos dizem que o mercado do software será dominado por monopólios. Assim, se não quisermos que apenas sobrevivam as grandes e médias

empresas de arquitetura, será indispensável encontrar estratégias e medidas para a TD que não só não destruam, mas reconheçam, protejam e valorizem a nossa realidade profissional da pequena escala, tão presente e tão importante em todo o território nacional.

Paula Santos agradeceu a pertinência das contribuições, observações e preocupações manifestadas. Admitindo ponderar o léxico utilizado, disse que embora ainda não exista cruzamento de informação entre o GT Observatório e a CTTD, tem consciência que a grande maioria das empresas de arquitetura portuguesas são de reduzida dimensão. Concordando que será necessária uma melhor coordenação entre os diferentes GT, informou que as pronúncias ao Governo estão todas publicadas e disponíveis no site da OA. Informou, igualmente, que a CT se encontra a preparar um relatório de atividades e recomendações para deixar para a próxima direção, o qual irá já incluir algumas das contribuições hoje dadas pelos Delegados

Inês Almeida mencionou que trabalha maioritariamente com os mercados escandinavo e português, aos quais tem de responder com dinâmicas, recursos e competências diferentes, sendo necessário ajustar os custos do projeto, em Portugal ou fora do país. Comentou que a questão dos honorários é um problema que surge um pouco mais adiante, mas que não se poderá ignorar e forma alguma. Explicitou que a transição digital é um processo/ferramenta que responde a um propósito, e sendo a transição climática esse objetivo, é difícil desvincular as duas, como questionado por Ivo Oliveira. Acrescentou que se queremos chegar ao Governo temos de explicitar os objetivos a atingir, e que, para acompanhar e impulsionar a transição climática, precisamos de dispor de ferramentas que são parte da própria transição climática, assim adquirindo legitimidade na nossa exigência e na nossa resposta. Referiu, ainda, que para viabilizar a plataforma única, é obrigatório e essencial ter uma base de dados nacional, um arquivo centralizado a partir do qual será possível produzir e consultar “data” seja qual for a plataforma. Reiterou que o GT tem consciência que alguns escritórios são muito pequenos. Através do exemplo um pequeno atelier de 2 arquitetos com o processo de TD muito avançado, que consideram que funcionam melhor e mais eficientemente exatamente por serem pequenos, reforçou a ideia que será fundamental partilhar informação, conhecimento e metodologias de trabalho.

Décio Ferreira deu os parabéns a Rui Serrano pelo memorando, perguntando como o seu conteúdo se iria traduzir junto dos ateliers. Sobre a plataforma eletrónica, solicitou a leitura do art.º 8º, alínea a) do RJUE, e a constatação de que é o que se encontra, exatamente, no memorando.

José Martinez sublinhou que é essencial que estas plataformas não fiquem nas mãos de determinadas empresas, ficando depois os arquitetos dependentes desses monopólios. Receia que neste processo se estimule as grandes empresas e que se esqueçam os “artesãos”, reforçando que não devemos negligenciar este capital tão importante e característico da Arquitetura Portuguesa.

Manuel Vieira chamou a atenção para o facto de grande parte dos municípios serem muito pequenos e com poucos arquitetos nos seus quadros, que se verão alocados a analisar os processos recebidos por estas plataformas, sendo desviados daquilo que realmente é importante, que é fazer planeamento, estudar e qualificar o território.

Paula Santos agradeceu os muitos contributos deste encontro, que a CT integrará na sua reflexão, e destacou a crucial relevância de trabalhar com especialistas exteriores à nossa área profissional, mencionando que é uma prática observada em todas as comissões. Admitindo a importância de melhorar a comunicação do trabalho desenvolvido, terminou agradecendo aos comissários da CT todo o trabalho realizado e o convite da AdD.

Maria Manuel Oliveira dando por terminado este ponto da OT, agradeceu a disponibilidade dos membros da Comissão Técnica de Transição Digital para partilhar com a AdD o trabalho que vêm desenvolvendo e os temas que se encontram em discussão. Cumprimentando, os elementos da CTTD saíram da reunião.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Ponto 6. Outros Assuntos

Maria Manuel Oliveira referindo não existir outros assuntos a debater, reiterou o agradecimento a Luís Matos e lembrou que a reunião de encerramento do mandato será realizada em Coimbra no dia 15 de julho, a convite da Secção Regional do Centro.

Terminada a ordem de trabalhos, a Ata sintética foi lida e colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**, pelos 25 delegados presentes e subscrita pela Presidente da Mesa, que deu por encerrada a sessão às 13 horas e 10 minutos.

Maria Manuel Oliveira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Leonor Cintra Gomes
Vice-Presidente da Assembleia de Delegados

Anexos:

Ponto 4 – Relatório de atividades 2022 da AdD

Ponto 5 - Texto da Comissão Técnica
Apresentação de Rui Serrano